



Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

GUARDA MUNICIPAL

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas nos espaços reservados
 - Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
 - A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa prova!

Língua Portuguesa

Texto 1 – A segurança nas cidades

Renato Saboya

Uma das grandes preocupações das cidades atualmente é, sem dúvida, o problema da segurança. Entretanto, não é de hoje que estudiosos do urbano, especialmente arquitetos, vêm estudando o assunto e dando contribuições valiosas para seu enfrentamento. Por um lado, parece óbvio que a desigualdade social e econômica é um dos principais fatores causadores da violência urbana. Por outro, é interessante explorar quais fatores espaciais podem contribuir para diminuir a violência e a insegurança nas cidades.

1

O texto 1 mostra um ponto de vista especial no tratamento da segurança, porque a considera prioritariamente do ponto de vista:

- (A) das autoridades policiais;
- (B) da representação política;
- (C) da organização arquitetônica;
- (D) da problemática social;
- (E) dos problemas econômicos.

2

“Por outro, é interessante explorar quais fatores espaciais podem contribuir para diminuir a violência e a insegurança nas cidades”.

A forma incorreta de substituir o segmento do texto 1 sublinhado é:

- (A) para a diminuição da violência e da insegurança nas cidades;
- (B) para que diminuam a violência e a insegurança nas cidades;
- (C) para que se diminua a violência e a insegurança nas cidades;
- (D) para que a violência e a insegurança nas cidades diminua;
- (E) para que diminuamos a violência e a insegurança nas cidades.

3

“Por outro, é interessante explorar quais fatores espaciais podem contribuir para diminuir a violência e a insegurança nas cidades”.

A substituição adequada do segmento do texto 1 sublinhado, sem alteração nos demais elementos do período, é:

- (A) que se explorem quais fatores espaciais;
- (B) que se explorasse quais fatores espaciais;
- (C) a exploração de quais fatores espaciais;
- (D) que se explore quais fatores espaciais;
- (E) que se explorassem quais fatores espaciais.

4

Uma ideia inadequada ao que está expresso no texto 1 é:

- (A) há outros fatores, mas a desigualdade social e econômica é o principal deles, quando se trata de segurança nas cidades;
- (B) além de outras contribuições, a arquitetura vem colaborando na procura de soluções para a insegurança nas cidades;
- (C) apesar de haver outros problemas nas grandes cidades, a segurança é um dos principais deles;
- (D) malgrado outras condições, a estruturação urbana pode contribuir para a redução da insegurança nas cidades;
- (E) a despeito de outras soluções, não há dúvida de que cabe às autoridades policiais o principal papel no combate à insegurança.

5

“Uma das grandes preocupações das cidades atualmente é, sem dúvida, o problema da segurança”.

Nessa frase do texto 1, o vocábulo “cidades” está usado, como termo geral, em lugar de “algumas pessoas das cidades”, num exemplo de linguagem figurada denominada metonímia.

Um outro exemplo semelhante de metonímia está em:

- (A) A vida nas grandes cidades está muito difícil.
- (B) Viver nas cidades traz uma série de facilidades.
- (C) As cidades e o campo são ambientes diversos.
- (D) As grandes cidades nunca dormem.
- (E) As cidades possuem vias de comunicação diferentes.

Observe a charge a seguir:



6

Uma das marcas caracterizadoras do assaltante da charge é a linguagem que ele emprega; o segmento cujo exemplo NÃO corresponde à marca destacada é:

- (A) erro de sintaxe culta: “Bora, passa a grana...”;
- (B) uso de gíria: “essa cara de mané”;
- (C) tratamento de intimidade: “tu fica aí com essa cara”;
- (D) emprego do imperativo: “passa a grana”;
- (E) utilização de jargão profissional: “fazer uma saidinha”.

7

O humor é geralmente obtido por meio de uma quebra de expectativa; no caso da charge essa quebra se dá sobretudo:

- (A) na diversidade de assaltos praticados;
- (B) na presença de uma agenda de compromisso do assaltante;
- (C) no pedido de desculpas da vítima do assalto;
- (D) na vestimenta patriótica do assaltante;
- (E) no desespero da vítima, ao jogar tudo para o alto.

8

A charge pretende criticar principalmente:

- (A) o conformismo da população diante da onda de assaltos;
- (B) o excesso de insegurança na cidade;
- (C) a falta de policiamento adequado;
- (D) a dominante presença da miséria;
- (E) a ausência total de educação entre os mais pobres.

Texto 2 - Em um país que bateu o recorde histórico de homicídios em 2012, discutir soluções para a segurança pública parece vital. Naquele ano, mais de 55 mil pessoas morreram – uma média de 154 mortes por dia. Os dados são do Mapa da Violência, que tem como base o Sistema de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

O estudo do Instituto Avante Brasil constatou, ainda, que a taxa de homicídios também alcançou o patamar mais elevado, com 29 casos por 100 mil habitantes. O índice considerado "não epidêmico" pela Organização Mundial da Saúde, da ONU, é de 10 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.

Para efeito de comparação, a média de mortes no Iraque na última década, país que está em guerra, foi de 550 mil. No mesmo período, o Brasil registrou a mesma quantidade de mortes. Segundo o Relatório Global sobre Homicídios da ONU, em 2012, o país, que representa 3% da população mundial, registrou 10% dos homicídios ocorridos em todo o mundo.

Diante desse cenário, o Plenário da Câmara dos Deputados se transformou em comissão geral para ouvir deputados, policiais, juízes, promotores, secretários de Segurança de vários estados e outras entidades, que apontaram as saídas para diminuir a criminalidade no Brasil. (*Rádio Câmara*, julho de 2015)

9

“Em um país que bateu o recorde histórico de homicídios em 2012, discutir soluções para a segurança pública parece vital”.

A parte sublinhada do período do texto 2 destacado, em relação à parte anterior, funciona como:

- (A) explicação;
- (B) conclusão;
- (C) causa;
- (D) consequência;
- (E) justificativa.

10

No texto 2, a citação do Iraque tem a finalidade de:

- (A) condenar a violência internacional;
- (B) demonstrar o absurdo da situação brasileira;
- (C) indicar a violência brasileira como aceitável;
- (D) comparar duas motivações de violência;
- (E) mostrar um modelo a ser alcançado.

11

Há um conjunto de instituições citadas no texto 2; tais citações têm a seguinte finalidade textual:

- (A) mostrar a preocupação oficial com o problema;
- (B) demonstrar a eficiência do poder público;
- (C) criticar os gastos inúteis com pesquisas;
- (D) trazer seriedade para a discussão textual;
- (E) comprovar as providências tomadas contra a insegurança.

12

O último parágrafo do texto 2 tem a finalidade de:

- (A) valorizar a participação política na procura de soluções para o problema da segurança;
- (B) ironizar a iniciativa da Câmara ao organizar discussões acadêmicas quando a violência está generalizada;
- (C) demonstrar a total inoperância do poder público diante de um problema que atinge a todos;
- (D) criticar particularmente nosso sistema judiciário por estar ausente de uma discussão tão urgente;
- (E) elogiar a organização do encontro citado por incluir representantes de todas as camadas da população.

13

“Segundo o Relatório Global sobre Homicídios da ONU, em 2012, o país, que representa 3% da população mundial, registrou 10% dos homicídios ocorridos em todo o mundo”.

A porcentagem citada nesse segmento do texto 2 serve para:

- (A) comprovar o número absurdo de homicídios no Brasil;
- (B) demonstrar o número aceitável de homicídios em função de nossa população;
- (C) indicar o grau extremo de violência que predomina no mundo atual;
- (D) mostrar a boa situação do Brasil em termos de número de homicídios, em escala mundial;
- (E) denunciar um problema desconhecido para a população brasileira.

14

As duas palavras do texto 2 que recebem acento gráfico por razões diferentes são:

- (A) homicídio/média;
- (B) país/juízes;
- (C) histórico/pública;
- (D) secretários/relatório;
- (E) está/é.

15

O vocábulo *homicídio* significa assassinato de uma pessoa; a palavra abaixo que tem seu significado indicado corretamente é:

- (A) infanticídio – assassinato de um militar;
- (B) fratricídio – assassinato de um religioso;
- (C) parricídio – assassinato do filho pelo pai;
- (D) genocídio – crime contra a humanidade;
- (E) matricídio – crime contra a pátria.

16

O segmento abaixo em que o vocábulo QUE mostra uma classe gramatical diferente da dos demais segmentos é:

- (A) “Em um país que bateu o recorde histórico de homicídios em 2012”;
- (B) “Os dados são do Mapa da Violência, que tem como base o Sistema de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde”;
- (C) “O estudo do Instituto Avante Brasil constatou, ainda, que a taxa de homicídios também alcançou o patamar mais elevado”;
- (D) “Para efeito de comparação, a média de mortes no Iraque na última década, país que está em guerra, foi de 550 mil”;
- (E) “...e outras entidades, que apontaram as saídas para diminuir a criminalidade no Brasil”.

17

“Para efeito de comparação,(1) a média de mortes no Iraque na última década,(2) país que está em guerra,(3) foi de 550 mil. No mesmo período,(4) o Brasil registrou a mesma quantidade de mortes. Segundo o Relatório Global sobre Homicídios da ONU,(5) em 2012,(6) o país,(7) que representa 3% da população mundial,(8) registrou 10% dos homicídios ocorridos em todo o mundo”.

Nesse segmento do texto 2, há oito ocorrências de vírgula, devidamente numeradas; a afirmação correta sobre o emprego desse sinal de pontuação é:

- (A) os casos 7 e 8 marcam a presença de um aposto;
- (B) os casos 1 e 5 mostram a mesma razão para a vírgula;
- (C) os casos 2 e 3 marcam uma inversão de termos;
- (D) o caso 4 marca uma explicação;
- (E) o caso 6 indica uma enumeração.

Observe a charge abaixo:

ONDA DE VIOLÊNCIA



18

A principal crítica da charge se volta contra:

- (A) a falta de autoridade policial;
- (B) a proliferação de marginais;
- (C) os políticos corruptos;
- (D) os eleitores indiferentes;
- (E) a desorientação geral do poder público.

19

Sobre a charge, é correto afirmar que se trata de um texto:

- (A) narrativo, pois apresenta fatos do cotidiano;
- (B) expositivo, pois se limita a mostrar fatos;
- (C) descritivo, pois mostra os personagens por inteiro;
- (D) argumentativo, pois defende uma tese sobre o problema;
- (E) informativo, pois revela fatos desconhecidos pelos leitores.

20

As duas primeiras falas da charge mostram uma forma de pronome pessoal que se opõe ao “vocês” da última fala. Sobre essas formas, a afirmação correta é:

- (A) o pronome “vocês” indica a pessoa de quem se fala;
- (B) as duas formas “deles” mostram o mesmo referente;
- (C) o pronome “vocês” se refere aos outros personagens;
- (D) a primeira forma “deles” está incorreta pois aponta para uma só pessoa: o policial;
- (E) o pronome “vocês” se refere aos leitores da charge.

Raciocínio Lógico-Matemático

21

Em um determinado concurso, além das provas escritas, os candidatos também serão submetidos ao Teste de Aptidão Física.

O Teste de Aptidão Física constará de 4 (quatro) testes: T1, T2, T3 e T4. Em cada teste as pontuações possíveis de cada candidato são: 0, 2, 3, 4, 5, 6. A nota final no Teste de Aptidão Física será igual ao somatório das notas obtidas nos 4 (quatro) testes.

O candidato será considerado APTO no Teste de Aptidão Física se, submetido a todos os testes, obtiver o desempenho mínimo de 2 (dois) pontos em cada teste e o somatório mínimo de 10 (dez) pontos no conjunto dos testes. Por exemplo, a tabela a seguir mostra uma das maneiras de um candidato ser considerado APTO, obtendo exatamente o somatório de 10 pontos:

T1	T2	T3	T4
2	3	3	2

O número de maneiras diferentes de um candidato ser considerado APTO no Teste de Aptidão Física, obtendo exatamente o somatório de 10 pontos, é:

- (A) 24;
- (B) 20;
- (C) 16;
- (D) 10;
- (E) 8.

22

Uma caixa d'água de 1000 litros é abastecida por duas torneiras: A e B. A torneira A tem vazão de 12 litros por minuto e a torneira B, 8 litros por minuto. Estando a caixa vazia, a torneira A foi aberta e, após 20 minutos, a torneira B foi também aberta.

Desde a abertura da primeira torneira até o momento em que a caixa ficou cheia, transcorreram:

- (A) 38 minutos;
- (B) 44 minutos;
- (C) 50 minutos;
- (D) 58 minutos;
- (E) 64 minutos.

23

O pai diz para o filho:

“Nós temos juntos 48 anos, mas, daqui a 2 anos, a minha idade será o triplo da sua.”

Quando disse essa sentença, o pai tinha:

- (A) 35 anos;
- (B) 36 anos;
- (C) 37 anos;
- (D) 38 anos;
- (E) 39 anos.

24

Em uma autoestrada há cinco saídas. As distâncias entre duas saídas consecutivas são todas iguais e a distância entre a segunda e a quarta saída é 36 km.

A distância entre a primeira e a quinta saída, em quilômetros, é:

- (A) 90;
- (B) 72;
- (C) 64;
- (D) 60;
- (E) 54.

25

Francisco compra e vende terrenos em um determinado condomínio. Certa semana ele comprou dois terrenos, um por 15.000 reais e outro por 25.000 reais, e, na semana seguinte, Francisco vendeu o primeiro com lucro de 40% e o segundo com lucro de 8%.

Em toda a operação, o lucro de Francisco em relação ao capital investido foi de:

- (A) 20%;
- (B) 22%;
- (C) 24%;
- (D) 26%;
- (E) 28%.

26

Maria, Nelson, Orlando, Perla e Querêncio tiveram pontuações diferentes em uma competição de tiro ao alvo. Maria e Perla pontuaram mais do que Orlando. Perla e Querêncio pontuaram menos do que Nelson. Nelson pontuou mais do que Orlando e menos do que Maria.

Quem venceu a competição foi:

- (A) Maria;
- (B) Nelson;
- (C) Orlando;
- (D) Perla;
- (E) Querêncio.

27

Em um supermercado, um pacote com 8 sabonetes iguais custa R\$10,00. Mantendo a proporção, um outro pacote com duas dúzias e meia desses sabonetes deverá custar:

- (A) R\$ 31,25;
- (B) R\$ 34,50;
- (C) R\$ 37,50;
- (D) R\$ 40,75;
- (E) R\$ 42,00.

28

Um ciclo completo de um determinado semáforo é de um minuto e meio. A cada ciclo o semáforo fica vermelho 30 segundos, em seguida fica laranja 10 segundos e, por fim, fica verde 50 segundos.

Escolhido um instante de tempo ao acaso, a probabilidade de que neste instante de tempo o semáforo NÃO esteja fechado, isto é, NÃO esteja vermelho, é:

- (A) $\frac{1}{9}$;
- (B) $\frac{2}{9}$;
- (C) $\frac{1}{3}$;
- (D) $\frac{4}{9}$;
- (E) $\frac{2}{3}$.

29

Um decorador de muros vazios escreveu em um deles, com letras grandes, a sequência:

PAULINOPAULINOPAULINOPAUL...

A 1000ª letra dessa sequência é:

- (A) A;
- (B) U;
- (C) L;
- (D) I;
- (E) N.

30

João começou a descascar uma certa quantidade de batatas a uma velocidade de duas batatas por minuto. Cinco minutos depois, Maria começou a ajudar João nessa árdua tarefa. Maria descasca batatas a uma velocidade de cinco batatas por minuto. Dez minutos depois que Maria começou a descascar as batatas, eles terminaram a tarefa.

Maria descascou a mais do que João:

- (A) 15 batatas;
- (B) 20 batatas;
- (C) 25 batatas;
- (D) 30 batatas;
- (E) 40 batatas.

Conhecimentos Específicos

31

O guarda é acionado por um cidadão que acaba de presenciar um acidente de moto. Ele constata que a vítima do acidente se encontra inconsciente e não responde a estímulos verbais. Além do pronto acionamento da SAMU, o primeiro cuidado a ser oferecido ao acidentado inconsciente, enquanto se aguarda a chegada dos paramédicos, é:

- (A) manter as vias aéreas superiores desimpedidas, fazendo extensão da cabeça, ou manter em posição lateral;
- (B) iniciar respiração boca a boca de imediato, alternando com massagens cardíacas;
- (C) remover o acidentado da pista para um lugar seguro onde possa prestar os primeiros socorros;
- (D) jogar água no rosto para despertar a vítima e assim poder iniciar a avaliação do seu estado geral;
- (E) verificar o pulso arterial.

32

O guarda é chamado para socorrer uma mulher jovem que sofre um desmaio por insolação após um show em arena aberta, em um dia com elevadas temperaturas. A medida que deve ser evitada no caso de vítima de insolação é:

- (A) abaixar rapidamente a temperatura corporal da vítima, borrifando bastante água fria;
- (B) imergir a vítima em banho frio ou envolver em panos ou roupas encharcadas, tão logo seja possível;
- (C) aplicar compressas de água fria na testa, pescoço, axilas e virilhas;
- (D) se a vítima estiver consciente, deve ser mantida em repouso e com a cabeça elevada;
- (E) oferecer bastante água fria ou gelada ou qualquer líquido não alcoólico para ser bebido pela vítima.

33

A crise convulsiva é uma das ocorrências comuns em áreas urbanas. A Organização Mundial da Saúde estima que até 10% da população mundial tenha, pelo menos, uma convulsão durante toda a sua vida. Diante de um episódio de crise convulsiva em via pública, durante a prestação dos primeiros socorros à vítima, a medida contraindicada é:

- (A) afastar a pessoa de lugares perigosos, colocando-a deitada no chão, retirando óculos, colares e anéis;
- (B) forçar a abertura da boca, afastar a língua com a mão para evitar que seja mordida e que haja sufocação;
- (C) proteger a cabeça da vítima, deixando-a livre para agitar-se à vontade durante o tempo da crise convulsiva;
- (D) manter a vítima de barriga para cima e a cabeça em posição lateral, para evitar engasgos;
- (E) ao final da crise convulsiva, evitar alimentar ou dar água para a vítima, e acionar o suporte médico de urgência.

34

Nos atendimentos de primeiros socorros em vias públicas, em um acidente de trânsito, a vítima pode ser movimentada na seguinte situação:

- (A) traumatismo craniano;
- (B) perda da consciência;
- (C) dor no pescoço;
- (D) consciente, sem dores e não alcoolizada;
- (E) perda dos movimentos de braços ou pernas.

35

Em matéria de bens públicos, o Código Civil estabelece que o seu uso comum:

- (A) deve ser necessariamente gratuito, já que tais bens pertencem a toda a coletividade de forma geral e abstrata;
- (B) deve ser necessariamente retribuído, por meio de contribuição econômica por parte dos particulares beneficiados;
- (C) pode ser gratuito ou retribuído, conforme decidir arbitrariamente a autoridade competente;
- (D) pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem;
- (E) deve ser necessariamente oneroso, a fim de que toda a coletividade se beneficie.

36

Princípios administrativos são os postulados fundamentais que conduzem todo o modo de agir da Administração Pública como um todo. O art. 37, *caput*, da Constituição da República elencou os chamados princípios administrativos expressos a serem observados por todas as pessoas administrativas de qualquer dos entes federativos, como por exemplo, os princípios da:

- (A) impessoalidade, eficiência e moralidade;
- (B) igualdade, legalidade e improbidade;
- (C) legalidade, disponibilidade e proporcionalidade;
- (D) eficácia, isonomia e economicidade;
- (E) igualdade, pessoalidade e razoabilidade.

37

Nos casos dos chamados cargos em comissão, a autoridade competente se vale de um ato administrativo discricionário para promover a nomeação e exoneração de seus ocupantes. Nesse contexto, em matéria de classificação do ato administrativo, quanto ao critério da liberdade da ação, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, nos atos discricionários, o agente público:

- (A) atua de forma vinculada e pratica o ato reproduzindo os elementos que a lei previamente estabeleceu, sem liberdade de apreciação da conduta;
- (B) pratica o ato com o objetivo de alterar uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos, com efeitos para a Administração e para os administrados;
- (C) declara uma situação jurídica preexistente, por meio de um ato que deve ser publicado na imprensa oficial para ter validade;
- (D) constitui uma vontade administrativa, cuja característica é indicar um juízo de valor, dependendo de outros atos de caráter decisório;
- (E) age com critérios de oportunidade e conveniência para prática do ato, visando à finalidade que atenda ao interesse público.

38

Poderes administrativos são o conjunto de prerrogativas que o ordenamento jurídico confere aos agentes administrativos com a finalidade de permitir que o Estado alcance seus objetivos para atender ao bem comum. É hipótese de emprego do poder disciplinar a:

- (A) aplicação de uma multa por agente público municipal ao particular que cortou árvore em área de preservação ambiental permanente;
- (B) interdição de um supermercado que vendia produtos impróprios ao consumo pela equipe de fiscalização sanitária municipal;
- (C) fiscalização do trânsito de veículos automotores por agentes municipais com o objetivo de manter a regularidade do tráfego nas vias municipais;
- (D) edição de um decreto pelo Prefeito contendo normas genéricas e abstratas para complementar determinada lei municipal e permitir a sua efetiva aplicação;
- (E) demissão de um agente público municipal, após processo administrativo disciplinar em que foram assegurados o contraditório e a ampla defesa, pela prática de infração funcional.

39

Quando um Guarda Municipal exerce suas funções com o uso da prerrogativa de direito público que, com base na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade individual em favor do interesse da coletividade, o agente está empregando o poder de:

- (A) disciplina;
- (B) polícia;
- (C) regulação;
- (D) disponibilidade;
- (E) sanção.

40

Em relação à invalidação de um ato administrativo vinculado praticado por agente público do Poder Executivo municipal, o ato pode ser:

- (A) invalidado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário;
- (B) invalidado e revogado, respectivamente por questão de mérito e de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário;
- (C) invalidado e revogado, respectivamente por questão de mérito e de legalidade, apenas pelo próprio Poder Executivo;
- (D) revogado, por questão de mérito administrativo, pelo Poder Judiciário, ou anulado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo;
- (E) revogado e anulado, respectivamente, por questão de mérito e legalidade, pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

41

Em tema de classificação dos bens públicos, são exemplos de bens de uso especial:

- (A) rios, mares e lagoas;
- (B) estradas, ruas e praças municipais;
- (C) escolas, hospitais e cemitérios municipais;
- (D) estabelecimentos privados que prestam serviços públicos;
- (E) postos revendedores de combustível e quartéis.

42

A Constituição de 1988 atribuiu a diversos órgãos o dever de zelar pela segurança pública. A respeito da divisão de competências entre esses órgãos, é correto afirmar que:

- (A) a polícia federal deve realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais;
- (B) a polícia marítima federal é responsável pelas funções de polícia portuária;
- (C) a polícia aeronáutica federal é responsável pelas funções de polícia aeroportuária;
- (D) à guarda municipal incumbe a preservação da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio;
- (E) as polícias militares realizam a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

43

O Município é regido por uma lei orgânica e deve observar os princípios estabelecidos pela Constituição da República e pela Constituição do respectivo Estado. A respeito dos Vereadores, deve ser observada uma regra de proporcionalidade entre:

- (A) o número de vereadores e de deputados estaduais;
- (B) o subsídio dos vereadores e o do Prefeito Municipal;
- (C) o número de vereadores e a população do Município;
- (D) o número de servidores que possuem e os do Prefeito;
- (E) a sua jornada de trabalho e a dos deputados estaduais.

44

Pedro e Ivo, guardas municipais e estudantes de Direito, travaram intensa discussão a respeito do denominado princípio da separação dos poderes, bem como a que estrutura de poder estariam vinculados e subordinados. A esse respeito, é correto afirmar que a guarda municipal está:

- (A) funcionalmente vinculada ao Poder Judiciário, pois deve cumprir as ordens judiciais;
- (B) administrativamente vinculada aos órgãos de segurança pública, pois deve proteger o patrimônio municipal;
- (C) funcionalmente subordinada ao Poder Judiciário e administrativamente vinculada ao Poder Executivo;
- (D) administrativa e funcionalmente subordinada ao Poder Executivo, devendo cumprir suas ordens;
- (E) funcionalmente subordinada aos órgãos de segurança pública e administrativamente vinculada ao Poder Judiciário.

45

Paulo perguntou ao seu amigo João o que diferencia os “direitos sociais” dos “direitos e garantias individuais e coletivos”. Como a única resposta que João poderia ter dado, corretamente, é:

- (A) a liberdade de ir e vir é um dos principais direitos individuais;
- (B) o direito social é da sociedade, não do indivíduo;
- (C) a educação é uma liberdade, logo, um direito individual;
- (D) o direito de propriedade é um dos principais direitos sociais;
- (E) a proteção da saúde não está prevista entre os direitos sociais.

46

Carlos assinou um contrato de prestação de serviço com Pedro. Durante a execução desse contrato, foi editada uma lei que, ao dispor sobre a forma de prestação de serviços, contrariava uma de suas cláusulas, terminando por beneficiar Pedro e prejudicar Carlos. É correto afirmar que essa nova lei:

- (A) incidirá sobre o contrato em curso, o que decorre do princípio da legalidade;
- (B) não incidirá sobre o contrato em curso, porque a lei não pode prejudicar o ato jurídico perfeito;
- (C) incidirá sobre o contrato em curso, o que decorre do princípio da retroatividade da lei;
- (D) não incidirá sobre o contrato em curso, isso por força da garantia da coisa julgada;
- (E) incidirá sobre o contrato em curso, o que decorre do princípio da inoponibilidade do contrato à lei.

47

Lino tinha sérias dúvidas a respeito do que seria uma federação. Para sanar sua dúvida, consultou um experiente professor de Direito, que lhe deu uma explicação convincente a respeito dessa temática. À luz da ordem constitucional brasileira, é correto afirmar que:

- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios formam a federação;
- (B) a federação é um contrato que une todos os Estados e os Municípios;
- (C) a federação sempre apresenta as características da voluntariedade e da dissolubilidade;
- (D) a União, os Estados e os Municípios são os entes que formam a federação;
- (E) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios formam a federação.

48

Ednaldo, após ampla pesquisa, conseguiu entender a diferença entre funções de confiança e cargos em comissão. Em verdade, descobriu que a diferença era explicada pela própria Constituição de 1988, mais especificamente em seu art. 37, V. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) as funções de confiança podem ser exercidas por qualquer pessoa, servidor público ou não;
- (B) os cargos em comissão somente estão ao alcance dos servidores públicos;
- (C) o exercício de funções de confiança é vedado aos servidores que ocupam cargo efetivo;
- (D) os cargos em comissão não podem ser ocupados por servidores de carreira;
- (E) as funções de confiança devem ser exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo.

49

O Código Penal prevê um capítulo exclusivamente dedicado aos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral. Para isso, prevê esse mesmo diploma legal um conceito próprio de funcionário público para efeitos penais. Considerando o tema exposto, analise os itens, de acordo com o que prevê o Código Penal:

I – Aquele que exerce função pública, ainda que transitoriamente e sem remuneração, poderá ser considerado funcionário público para efeitos penais.

II – Equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa conveniada para execução de atividade, típica ou atípica, da Administração Pública.

III – A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração forem ocupantes de cargo em comissão de órgão da administração direta ou de empresa pública, mas não de sociedade de economia mista.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente III;
- (E) I, II e III.

50

Um funcionário da Farmácia Vida Boa é o responsável pelo pagamento das contas da sociedade empresarial junto ao estabelecimento financeiro. Em determinada data, quando levava R\$ 2.000,00 ao Banco para depósito a pedido do gerente da sociedade, decide, no caminho, ficar com R\$ 1.000,00 para si e apenas depositar na conta os outros R\$ 1.000,00. Não falsifica, porém, qualquer comprovante de depósito, mas simplesmente não o entrega ao responsável. Considerando a situação narrada, a conduta do funcionário configura:

- (A) apenas ilícito civil, sendo penalmente atípica;
- (B) crime de furto;
- (C) crime de estelionato;
- (D) crime de receptação;
- (E) crime de apropriação indébita.

51

Bruna, em razão de uma briga com sua mãe, foi morar na residência de sua tia Lucia, de 50 anos de idade, irmã de seu pai. Após 04 meses morando no local, Bruna subtrai, sem autorização, a motocicleta de Lucia, que ela nunca deixou a sobrinha usar, e foge para outra cidade juntamente com seu namorado. A tia, chateada com a situação, apenas conta o fato para a mãe de Bruna, mas afirma que nada fará do ponto de vista criminal ou civil, pois gosta muito da sobrinha. O ocorrido, porém, chega ao conhecimento do Ministério Público, que oferece denúncia em face de Bruna pela prática do crime de furto. Nessa situação, o promotor de justiça agiu:

- (A) corretamente, pois, no caso, é irrelevante a condição da vítima e seu interesse na persecução penal;
- (B) de maneira incorreta, pois o crime praticado por Bruna foi de estelionato;
- (C) de maneira incorreta, pois a ação penal, no caso, é pública condicionada à representação;
- (D) de maneira incorreta, pois não é punível o crime patrimonial praticado em detrimento da tia;
- (E) corretamente, pois a vítima tinha mais de 50 anos, o que impede a aplicação das escusas absolutórias.

52

Determinado Guarda Municipal, fora do exercício de sua função, mas ainda com a roupa do serviço, chega a sua residência cansado do trabalho e, em virtude de sua conduta descuidada, realiza um brusco movimento, que faz com que seu filho caia da escada e sofra lesões gravíssimas, ficando em coma por cerca de 02 meses. Após sua recuperação, a vítima, que ficou tetraplégica, decide representar em face do pai, demonstrando interesse em vê-lo processado criminalmente. O pai fica arrasado, pois, além de seu filho ter ficado tetraplégico, não o perdoou por sua imprudência. De acordo com a situação narrada, o crime praticado pelo funcionário foi de:

- (A) lesão corporal gravíssima, podendo ser aplicada pena de 02 a 08 anos de reclusão;
- (B) lesão corporal culposa, sendo que a consequência do crime para a vítima é tratada pelo Código Penal como causa de aumento de pena de 1/3 a 1/2;
- (C) lesão corporal grave, pois resultou em debilidade permanente de membro, sentido ou função, cuja pena em abstrato é de 01 a 05 anos de reclusão;
- (D) lesão corporal culposa, sendo possível a aplicação do perdão judicial;
- (E) lesão corporal culposa, cabendo aplicação de causa de diminuição de pena em razão das consequências do crime para o autor do fato.

53

Funcionário público, responsável pelo controle de trânsito em movimentada avenida de São Paulo, constata que determinado motorista está dirigindo e falando ao celular. Considerando incorreta a sua conduta, determina a parada do veículo. Após verificar toda a documentação do carro, o funcionário explica que não poderia o condutor dirigir falando ao celular. Acrescenta que, para evitar uma multa, poderia o particular “pagar um cafezinho, ficando tudo certo”. Revoltado, o motorista chama a Polícia Militar e narra o ocorrido. Diante da situação exposta, é correto afirmar que a conduta do funcionário público:

- (A) configura crime de corrupção ativa consumado;
- (B) configura crime de corrupção passiva consumado;
- (C) configura crime de corrupção ativa tentado;
- (D) é atípica, pois não houve solicitação direta de vantagem patrimonial;
- (E) configura crime de corrupção passiva tentado.

54

Tício, Guarda Municipal, encontrava-se em serviço em frente a determinado prédio público, quando verificou que José iniciava uma pichação naquele prédio. Em razão disso, ordenou a José que parasse de imediato e entregasse o material que estava sendo utilizado na pichação. Ocorre que José, para garantir sua fuga, desferiu chutes na canela do funcionário e, de imediato, empreendeu fuga, não vindo a ser alcançado.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que a conduta de José no momento de sua fuga:

- (A) configura crime de resistência;
- (B) é atípica, pois estava no seu legítimo direito de tentar fugir;
- (C) configura crime de desobediência;
- (D) configura crime de desacato;
- (E) configura, unicamente, crime de lesão corporal dolosa.

55

Quanto à teoria dos bens, é correto afirmar que:

- (A) são considerados bens móveis tudo aquilo que acede ao solo;
- (B) são indivisíveis os bens que, compostos por outros bens destacáveis, não têm comprometida sua funcionalidade, quando separados;
- (C) o solo é considerado um bem imóvel artificial;
- (D) são considerados bens móveis as ações referentes à propriedade imobiliária;
- (E) são considerados bens móveis as ações que se referem a direito pessoal.

56

Carla, de quatorze anos, acaba de colar grau no curso de ensino superior em Ciência da Computação. Sobre a situação narrada, é correto afirmar que:

- (A) embora não se tenha extinguido a menoridade, Carla é considerada capaz civilmente;
- (B) embora absolutamente incapaz, Carla é considerada maior;
- (C) embora relativamente incapaz, Carla é considerada maior;
- (D) a colação de grau em curso de nível superior não altera a situação de incapacidade civil do menor;
- (E) apenas a maioria faz cessar a incapacidade e habilita o agente para os atos da vida civil.

57

Quanto à classificação dos bens, é correto afirmar que:

- (A) um veículo é considerado uma universalidade de fato;
- (B) um jogo de pneus é considerado uma universalidade de direito;
- (C) uma frota de veículos, coletivamente considerada, é uma universalidade de fato;
- (D) um veículo emplacado e cadastrado individualmente, é um bem fungível;
- (E) um caminhão é considerado consumível.

58

Sobre o regime jurídico das incapacidades atualmente vigente no Direito Civil, é correto afirmar que:

- (A) a pessoa natural considerada absolutamente incapaz não poderá praticar atos jurídicos da vida civil;
- (B) o pródigo poderá praticar pessoalmente atos jurídicos válidos que não impliquem a redução do seu patrimônio;
- (C) a pessoa natural, considerada relativamente incapaz, terá declarada a nulidade dos atos que praticar sem representação;
- (D) o menor de dezesseis anos, que agir sem representação, terá declarada a anulabilidade dos seus atos;
- (E) o maior de dezesseis e menor de dezoito anos, que agir sem assistência, poderá sofrer a nulidade dos seus atos.

59

Carmem e Ângela são mãe e filha. Elas foram fatalmente vitimadas em um acidente de trânsito em que, em razão do incêndio desencadeado, não foi possível a identificação dos restos mortais pela perícia.

Sobre esse evento, quanto à fixação da morte para efeitos legais, é correto afirmar que:

- (A) por ser mais velha, presume-se que Carmen morreu depois de Ângela, tornando-se sucessora desta;
- (B) por ser mais velha, presume-se que Carmen morreu antes de Ângela, que se tornou sucessora daquela;
- (C) por não ser possível aferir a cronologia das mortes, presume-se que tenham morrido simultaneamente, sem sucessão entre elas;
- (D) por não ser possível aferir a cronologia das mortes, presume-se que tenham morrido simultaneamente, com sucessão entre elas, de ascendente para descendente;
- (E) por não ser possível aferir a cronologia das mortes, presume-se que tenham morrido simultaneamente, com sucessão entre elas, de descendente para ascendente.

60

Francisco e Marcelo, Guardas Civis Municipais, faziam a ronda, em sua viatura, na avenida principal da cidade. Durante a ronda, Francisco avistou um carro retornando numa área proibida. De pronto, viu a placa do carro, encostou a viatura numa vaga para viaturas policiais que havia na avenida, e aplicou a multa. Porém, Marcelo reparou que a placa que sinalizava o retorno como proibido estava coberta quase por completo – cerca de 90% da placa. Frente à situação descrita e ao aviso de seu colega, Francisco:

- (A) deve manter a aplicação da multa, independentemente da situação em que se encontra a placa de sinalização;
- (B) deve manter a aplicação da multa, pois o aviso feito pelo colega foi tardio;
- (C) não deveria ter aplicado a multa, pois a placa não estava numa posição perfeitamente visível;
- (D) não deveria ter aplicado a multa e, sim, encaminhado o ocorrido ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, para que este decidisse as providências a serem tomadas;
- (E) não deveria ter aplicado a multa, mas relatado o ocorrido à Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, para que esta tomasse as providências necessárias.

61

Maria e seus dois filhos menores de idade saem para dar uma volta de carro pela cidade. Antes de sair de casa, Maria colocou o filho menor de 2 anos na cadeirinha e o outro filho, de 7 anos, no banco de trás do veículo, afivelou os cintos dos filhos e esqueceu-se, ela própria, de afivelar seu cinto. Caso Maria seja abordada por um Guarda Civil Municipal, a medida administrativa cabível é:

- (A) a apreensão da carteira de motorista de Maria;
- (B) a apreensão da carteira de motorista de Maria e a aplicação de uma multa no valor de R\$ 127,69;
- (C) a aplicação de uma multa no valor de R\$ 127,69, em razão de infração gravíssima;
- (D) a aplicação de uma multa no valor de R\$ 127,69, em razão de infração leve;
- (E) a retenção do veículo até a colocação do cinto de segurança pela motorista e a aplicação de uma multa no valor de R\$ 127,69.

62

Mariana, Guarda Civil Municipal, ao conduzir seu veículo pela Avenida José Lozano Araújo, se aproxima de rotatória com quatro pontos de acesso. Há 03 outros motoristas e nenhuma sinalização específica:

- I – motorista em via de acesso localizada à esquerda de Mariana;
- II – motorista já circulando pela rotatória;
- III – motorista em via de acesso localizada à direita de Mariana.

A alternativa adequada à legislação de trânsito é:

- (A) motorista retratado na hipótese II tem preferência em relação aos demais;
- (B) Mariana tem preferência, em razão de ser autoridade pública;
- (C) motorista retratado na hipótese I tem preferência em relação aos demais;
- (D) motorista retratado na hipótese II tem preferência apenas em relação ao motorista da hipótese I;
- (E) o motorista retratado na hipótese III tem preferência apenas em relação a Mariana.

63

No final de dezembro, Odair foi promovido na empresa em que trabalha. Com o bônus recebido pela promoção somado às economias que possuía, Odair comprou uma nova residência no mesmo município de sua antiga e, dois meses depois, mudou-se para o novo endereço. Sabendo-se que Odair possui um carro licenciado e registrado no antigo endereço, é correto afirmar que ele:

- (A) dentro do prazo estipulado em lei, deve comunicar o novo endereço, expedir novo Certificado de Registro de Veículo e aguardar o novo licenciamento para alterar o Certificado de Licenciamento Anual;
- (B) a qualquer tempo, deve comunicar o novo endereço, expedir novo Certificado de Registro de Veículo e aguardar o novo licenciamento para alterar o Certificado de Licenciamento Anual;
- (C) dentro de um prazo estipulado em lei, deve comunicar o novo endereço à prefeitura da cidade, para que emita o novo Certificado de Registro de Veículo e altere o Certificado de Licenciamento Anual;
- (D) não precisa comunicar o novo endereço da residência, visto que o próprio sistema do RENAVAM fará as alterações necessárias, de modo eletrônico;
- (E) não precisa comunicar o novo endereço da residência, visto que as alterações de endereço no Certificado de Registro de Veículo e no Certificado de Licenciamento Anual serão feitas de modo automático pelo órgão executivo competente.

64

Nas férias de julho, Bruno convida seus amigos para passarem uma semana em sua casa de campo, localizada na cidade montanhosa de Orvalho. Por volta das 17 horas, o carro de Bruno chega ao pé da serra de Orvalho e, percebendo a forte neblina, Bruno resolve subir a serra atrás de um carro mais antigo. Como a velocidade do carro que estava à sua frente era muito baixa, Bruno toma a decisão de ultrapassá-lo na curva mais acentuada da estrada. Porém, para a infelicidade de Bruno, havia um Guarda Civil Municipal que, subindo a serra em sua viatura, e estando próximo ao veículo de Bruno, viu o ocorrido. Levando em consideração a forte neblina e o local de ultrapassagem, o Guarda:

- (A) não deve autuar o condutor, pois a ultrapassagem feita pelo motorista era mais segura do que continuar a subir a serra atrás do carro antigo de velocidade baixa;
- (B) não deve autuar o condutor, pois, apesar da neblina forte, o motorista fez a ultrapassagem em local correto;
- (C) não deve autuar o condutor, pois é permitido ao motorista ultrapassar em qualquer local, desde que não haja veículo vindo em direção contrária na mesma faixa;
- (D) deverá aplicar multa, pois a ultrapassagem em curvas, aclives e declives, sem visibilidade suficiente é proibida;
- (E) deverá aplicar multa, pois a ultrapassagem em curvas, aclives e declives é proibida.

65

Vicente, Guarda Civil Municipal de Guaraibú, flagrou Marco, Secretário Público Municipal, dirigindo carro sem cinto de segurança. Nesse caso, Vicente deve:

- (A) aplicar multa, por infração leve, e reter o veículo até que Marco coloque o cinto;
- (B) aplicar multa, por infração gravíssima, e reter o veículo até que Marco coloque o cinto;
- (C) advertir verbalmente o motorista, pois agentes políticos não se sujeitam à legislação de trânsito;
- (D) aplicar multa, por infração grave, e reter o veículo até que Marco coloque o cinto;
- (E) reter o veículo até que Marco coloque o cinto, não sendo aplicável qualquer multa a agente político.

66

Com o intuito de aumentar a renda familiar, João, ex-ajudante técnico de cozinha, resolve se tornar um motorista particular. Para tanto, se submete a exame de aptidão física e mental preliminar e complementar. João é aprovado nos exames e começa a procurar emprego como motorista particular com sua carteira de habilitação antiga (carteira para veículos na categoria B). Após ter conseguido o emprego na casa de um casal, João inicia seu turno, levando seu patrão ao banco. No caminho, João é obrigado a encostar o carro por conta de determinação da Guarda Civil Municipal. O Guarda Civil Municipal pede sua carteira de motorista e, ao ver que não continha informação sobre o emprego de motorista, apreende-a. Nesse caso a conduta do Guarda Civil Municipal:

- (A) não está correta. O guarda não poderia apreender a carteira, pois João já possuía autorização para realizar atividade remunerada com o seu veículo, mesmo esta não sendo informada na carteira de habilitação;
- (B) não está correta. O guarda não poderia apreender a carteira, visto que o veículo conduzido por João não excede o número permitido de passageiros nessa categoria de veículo;
- (C) está correta. O guarda poderia apreender a carteira, pois, apesar de possuir a autorização para realizar atividade remunerada, esta não estava contida na carteira de habilitação;
- (D) está correta. O guarda deveria apreender a carteira, pois, apesar de possuir a autorização para realizar atividade remunerada, exige-se do motorista que este porte a habilitação com a informação de aptidão;
- (E) está correta. O guarda deveria apreender a carteira, pois, além da carteira com a informação de aptidão, João deveria estar portando o resultado dos exames de aptidão física e mental.

67

Oito amigos saíram para festejar o aniversário de um deles, Carlos, num pequeno bar, próximo à Avenida das Flores. Após quatro horas de conversas e bebida, André e Xavier propõem uma pequena competição de corrida de carro na avenida mencionada. Vendo que eram 3 horas da manhã e que a Avenida das Flores estava vazia, os outros seis amigos – dentre eles, Carlos – toparam participar do desafio. No primeiro minuto de corrida, Carlos, que estava dirigindo um dos carros, atingiu um táxi que adentrou a avenida nesse instante, matando o motorista.

É correto afirmar que Carlos:

- (A) se servidor público, estará sujeito apenas à pena de demissão do seu cargo;
- (B) se habilitado, terá sua carteira de habilitação suspensa e poderá ser condenado a cumprir pena de reclusão de até 2 anos;
- (C) se habilitado, terá sua carteira de habilitação suspensa e poderá ser condenado a cumprir pena de reclusão de até 10 anos, na hipótese de homicídio culposo;
- (D) se ainda não habilitado, poderá ser proibido de obter habilitação para dirigir veículo automotor e condenado a pena de reclusão de até 3 anos;
- (E) se ainda não habilitado, poderá ser proibido de obter habilitação para dirigir veículo automotor e condenado à pena de reclusão de até 6 anos.

68

Paulo, cidadão brasileiro nato, passou as férias de fim de ano com sua família no Uruguai. Para realizar a viagem, a família optou por utilizar o carro como meio de transporte. Durante o trajeto da volta, na BR 000, passados 10 quilômetros da fronteira com o Uruguai, já no Brasil, a esposa de Paulo avistou um veículo, com placa uruguaia, parado no acostamento. Ao se aproximarem do veículo acostado, observaram que este estava abandonado e que seu porta-malas estava lotado de caixas lacradas e uma aberta, contendo entorpecentes. Tendo em vista essa situação, Paulo e sua esposa devem contatar:

- (A) o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, órgão responsável pela repressão de ilícitos cometidos em rodovias federais;
- (B) a Polícia Rodoviária Federal, responsável por executar operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem e a incolumidade das pessoas;
- (C) a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI - local, de forma que esta instaure processo de busca e apreensão do veículo encontrado na via federal;
- (D) o Conselho Estadual de Trânsito, órgão regional responsável pela repressão de ilícitos em rodovias federais sob sua jurisdição;
- (E) a polícia uruguaia, pois o objeto ilícito foi encontrado em veículo uruguaio a apenas dez quilômetros de distância da fronteira.

69

Em uma ensolarada tarde de verão, Luís resolve sair de carro e dar um passeio com sua esposa. O destino escolhido foi o parque da cidade. Durante o percurso, Luís teve a ideia de mudar o trajeto escolhido e pegar um trecho da avenida principal da cidade. Quando adentrou a avenida principal, procurou uma placa com a sinalização da velocidade permitida e não a encontrou. Sabendo-se que essa avenida é uma via arterial, as velocidades máxima e mínima permitidas são:

- (A) sessenta quilômetros por hora como velocidade máxima, sendo a mínima não inferior a quinze quilômetros por hora;
- (B) sessenta quilômetros por hora como velocidade máxima, sendo a mínima não inferior a trinta quilômetros por hora;
- (C) sessenta quilômetros por hora como velocidade máxima, sendo a velocidade mínima qualquer uma, desde que inferior a sessenta quilômetros por hora;
- (D) sessenta quilômetros por hora como velocidade máxima e mínima permitida;
- (E) quarenta quilômetros por hora como velocidade máxima, sendo a velocidade mínima não inferior a vinte quilômetros por hora.

70

No dia do aniversário de seu filho de 5 anos, Marcos resolve levar o filho ao shopping para que o menor escolha seu presente. Sendo assim, Marcos coloca o capacete em si, no seu filho, e sai de moto em direção ao shopping, com o filho sentado à sua frente no banco da moto. Cauteloso, Marcos resolveu trafegar em velocidade mínima. Considerando as situações mencionadas e sabendo que Marcos estava sentado na garupa da moto, de modo a dar lugar ao filho no banco da motocicleta, o Guarda Civil Municipal que flagrar a situação:

- (A) não aplicará multa, pois Marcos, por ceder lugar ao filho no banco da motocicleta, agiu conforme a lei;
- (B) não aplicará multa, desde que Marcos esteja trafegando na velocidade mínima permitida;
- (C) aplicará uma multa e suspenderá o direito para dirigir de Marcos, não recolhendo o documento de habilitação do motorista;
- (D) aplicará uma multa, suspenderá o direito para dirigir e recolherá o documento de habilitação de Marcos por estar trafegando em velocidade mínima;
- (E) aplicará uma multa, suspenderá o direito para dirigir e recolherá o documento de habilitação de Marcos.

Realização

